



Metrô precisa ser subsidiado

Desde a inauguração do Metrô, até o início da década de 90, a empresa recebia subsídios de, aproximadamente, 30% que permitiam investimentos na manutenção, operação, treinamento de funcionários e estudos de estratégias operacionais que resultavam em um maior conforto e segurança para a população. Após a posse do governo Covas, este subsídio foi retirado e o Metrô de São Paulo passou a ser um dos raros metrôs do mundo que é custeado apenas pelas receitas das tarifas pagas pelo usuário

Segundo o balanço social divulgado pelo Metrô, os benefícios sociais deste meio de transporte promove uma economia de quase R\$ 3 bilhões por ano para o Estado, que deixa de gastar com as conseqüências da poluição para a saúde pública, dos acidentes de trânsito e congestionamentos que resultam no desperdício de combustível. O governo gasta R\$ 1 bilhão por ano (equivalente aos custos da Linha 4) com os acidentes de trânsito em São Paulo, por isso é necessário o investimento público na construção de novas linhas de metrô.

O subsídio público também é necessário para manter qualidade, segurança e a manutenção do sistema, garantindo a ampliação do papel social do transporte público. A integração dos diversos tipos de transportes hoje existentes, deve ser uma política a ser perseguida para permitir uma tarifa menor e facilitar o deslocamento da população para que tenha melhor qualidade de vida.

Neste sentido, os metroviários defendem uma integração maior entre os governos Federal, Estadual e Municipal para ampliar e melhorar os investimentos públicos em educação, saúde, saneamento básico, segurança, habitação e também no transporte público.

Em função destas necessidades da população, os metroviários estão desenvolvendo uma campanha em defesa dos subsídios ao transporte público, pela manutenção e ampliação dos empregos, pela ampliação das linhas 2-Verde e 5-Lilás, pela construção da Linha 4-Amarela, e a elaboração de novos projetos de expansão do sistema metroviário.

Os metroviários também defendem a manutenção e ampliação as transferências gratuitas entre os vários meios de transporte público. Mas para isso é necessário que os governos repassem os recursos às empresas envolvidas e viabilizem uma legislação que permita a captação de recursos com aqueles que realmente lucram com o transporte, que são os grandes empresários, banqueiros e especuladores.



Em defesa do emprego, mais metrô e CPI no Metrô



O Sindicato dos Metroviários está desenvolvendo uma campanha em defesa do emprego, pela construção de novas linhas de metrô e reivindicando a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as contas do Metrô.

O governo alega que a empresa enfrenta dificuldades financeiras e chegou a ameaçar a suspensão das obras de expansão do sistema, a redução dos trens, o fim das gratuidades,

a redução do quadro de funcionários, e vem atacando os direitos e conquistas dos metroviários. Nos últimos três meses houve um intenso debate sobre a crise financeira da empresa e o Metrô não apresentou nenhuma prova das suas alegações.

Para evitar que o governo adote medidas que prejudiquem os usuários e metroviários, é necessário uma ampla mobilização da sociedade para exigir transparência nas contas públicas e responsabilidade na aplicação dos recursos disponíveis.

Governo Alckmin quer privatizar a Sabesp

Saneamento básico é fundamental para a saúde e a vida da população. A privatização só visa lucro, compromete a qualidade da água e não garante a extensão deste benefício para as regiões mais carentes

O Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema) está lutando, desde 1998, contra a privatização da Sabesp e enfrenta mais um duro golpe do governo Alckmin que quer vender 49% do capital social da empresa.

Com a privatização da Sabesp, a empresa pode sofrer forte interferência dos investidores, desvirtuando sua natureza e sua finalidade de promoção da saúde pública, que não pode ser objeto de especulação de agentes privados, pois os acionistas passarão a ter um grande poder na empresa, definido estratégias, o valor das tarifas, elegendo a diretoria e interferindo no

desempenho da gestão da Sabesp.

O Projeto de Lei nº 410/03, que autoriza a venda das ações da Sabesp, está tramitando em regime de urgência na Assembléia Legislativa de São Paulo e pode ser aprovado a qualquer momento.

Em audiência pública na Assembléia Legislativa, o deputado estadual Nivaldo Santana (PCdoB) argumentou que abrir metade do capital social da empresa para grupos privados é entrar em rota de colisão com os objetivos sociais da empresa. “O custo da medida, uma vez mais, recairá sobre o bolso da população”, protestou ele, lembrando as conseqüências da privatização do setor elétrico.



Campanha publicitária contra a privatização da Sabesp

Privatização da Sabesp prejudica a população

Foto: Arquivo/Sintaema



Audiência Pública na Assembléia Legislativa denuncia a tentativa de privatizar a Sabesp

Entendendo que o PL nº 410 é extremamente prejudicial para a população, o Sintaema está realizando uma campanha estadual contra sua aprovação e para conscientizar a população da necessidade de impedir a privatização da empresa, garantindo a gestão pública do saneamento.

Dirigentes do Sintaema, entre eles o presidente da entidade, Helifax Pinto de Souza, e funcionários da Sabesp, já realizaram ato público na Assembléia Legislativa repudiando a iniciativa do governo do Estado. Na oportunidade os trabalhadores entregaram uma carta aos deputados

expondo a posição contrária à venda das ações da empresa.

O Sintaema e a Prefeitura de Lins promoveram um encontro no dia 15 de agosto para debater as conseqüências da privatização da Sabesp. Porém, diante da afirmação por parte do governo de que o projeto não será retirado, é provável que os trabalhadores da Sabesp paralise os trabalhos por um dia.

Derrotar este projeto é um desafio que exige a unidade de todos os trabalhadores, pois o governo Alckmin tem a maioria dos deputados na Assembléia Legislativa e só uma forte mobilização popular poderá assegurar o caráter público da Sabesp.